



Número: **0811630-45.2024.8.19.0011**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**
Órgão julgador: **3ª Vara Cível da Comarca de Cabo Frio**
Última distribuição : **27/08/2024**
Valor da causa: **R\$ 1.412,00**
Assuntos: **Busca e Apreensão**
Segredo de justiça? **NÃO**
Justiça gratuita? **SIM**
Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **SIM**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
----- (AUTOR)		EMMANUEL PEDRO SOARES PACHECO (ADVOGADO) PEDRO HENRIQUE REIS E SOUZA (ADVOGADO)	
----- (RÉU)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
140720223	30/08/2024 14:44	Decisão	Decisão

Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro

Comarca de Cabo Frio

3ª Vara Cível da Comarca de Cabo Frio

Rua Ministro Gama Filho, S/N, Braga, CABO FRIO - RJ - CEP: 28908-090

DECISÃO

Processo: 0811630-45.2024.8.19.0011

Classe: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

AUTOR: -----

RÉU: -----

1 – Defiro a gratuidade de justiça pretendida.

2 - Quanto ao pedido de tutela de urgência, este constitui uma excepcionalidade, que deve ser concedida somente quando a necessidade da providência justifique a violação do princípio do contraditório.

A tutela está condicionada ao atendimento cumulativo de alguns requisitos, quais sejam: a probabilidade do direito; o perigo de dano ou risco ao resultado útil do processo; e, ainda, conforme dispõe o artigo 300, §3º do CPC, desde que não haja perigo de irreversibilidade dos efeitos da decisão.

Compulsando os autos, verifica-se que existem provas robustas no sentido de que a autora é a proprietária do animal de estimação que se encontra na posse do réu, portanto, **DEFIRO TUTELA DE URGÊNCIA**, para determinar a imediata busca e apreensão do animal que atende pelo nome White, Spitz Alemão Anão/Pomerânia, nascido em 28/12/2023, macho, branco, se encontra em poder dos requeridos, no endereço descrito no preâmbulo da inicial, no prazo de 05 dias.

3 - Considerando que incumbe ao juiz, promover a qualquer tempo, a autocomposição, preferencialmente com auxílio de conciliadores e mediadores judiciais, na forma do artigo 139, V, do CPC, e, ainda, diante da ausência de conciliadores na Vara, bem como da necessidade de adequação da pauta de audiências, deixo de designar audiência de conciliação, na forma do artigo 334, do CPC.



4 - Cite-se o réu, com as advertências legais, com o prazo de 15 dias para ofertar sua contestação, na forma do artigo 231, I, do CPC, sob pena de revelia, devendo a

Assinado eletronicamente por: MARCIO DA COSTA DANTAS - 30/08/2024 14:44:20

Num. 140720223 - Pág. 1

<https://tjrj.pje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=24083014442067700000133764595>

Número do documento: 24083014442067700000133764595

parte, ainda, se manifestar quanto ao interesse ou não pela tramitação 100% digital.

5 - Intime-se o patrono da parte autora para estar presente na diligência.

CABO FRIO, 30 de agosto de 2024.

MARCIO DA COSTA DANTAS
Juiz Titular



